

Fevereiro 10, 2022.

Aos

Acionistas e Administradores da

COBRASMA S.A.

Rua Prof. Luís Eulálio de Bueno Vidigal, 131 - Centro

06093-085 – Osasco – SP

At.: Sr. **Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho**
Diretor Presidente e Relações de investidores

C/c: Empresa de auditoria: MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES LTDA

Prezados Senhores.

Ref.: **Notas Explicativas sobre a revisão de informações trimestrais.**

Estamos encaminhando as notas explicativas sobre a revisão de informações trimestrais da **Cobrasma S.A.**, referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2021.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor para eventuais esclarecimentos adicionais julgados necessários, e subscrevemo-nos,

Atenciosamente.

Melissa Martins Balbino
Contadora

COBRASMA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R\$ mil)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividade Operacional

Até maio de 1998, a Companhia teve por objeto a produção de equipamentos para transporte ferroviário e rodoviário, para indústria siderúrgica, petroquímica e nuclear e para a produção de componentes para veículos automotores, bem como o comércio, a importação e a exportação de todos os materiais e produtos que se compreendam no objeto destes. As suas atividades operacionais, a partir desta data, foram paralisadas. Em virtude disso, construções, máquinas, equipamentos e instalações foram alugadas para terceiros.

Por força de decisão judicial de abril de 2002, da Vara do Trabalho da Comarca de Sumaré – São Paulo, conforme processo número 02578-1999-122-15-00-6, o imóvel de Hortolândia foi adjudicado pelos ex-empregados da Companhia, representados pela sua associação de classe, pelo montante de R\$ 35.562 mil, conforme carta de adjudicação número 002/2002 da referida Vara.

Em 16 de maio de 2008, na Vara de Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo conciliatório entre a Companhia e seus ex-empregados, representados por sua associação de classe, para quitação e extinção do processo trabalhista de número 00189-2005-152-15-00-9, sendo a este atribuído o valor total de R\$ 24.520 mil. Como forma de pagamento ficou estabelecido a liquidação do valor total de R\$ 15.120 mil, em parcelas mensais a partir de maio de 2008, com vencimento final em 2012, e o valor de R\$ 9.400 mil como cessão aos ex-empregados de parte dos imóveis da Companhia de suas instalações na cidade de Osasco – São Paulo.

Em 18 de outubro de 2009, na 152ª. Vara do Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo entre a Companhia e seus ex-funcionários, representados por sua Associação de Classe, para quitação e extinção do processo trabalhista número 00247-2005-152-15-00-4, sendo a este atribuído o valor de R\$ 20.000 mil. Como forma de pagamento foram oferecidas: a) uma fração ideal do imóvel – matrícula 184 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 4.800 mil; b) área remanescente do Clube Cobrasma, matrícula 60.775 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 10.000 mil; e c) máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.200 mil.

Quanto a área remanescente do Clube Cobrasma, a Companhia auxiliará os ex-trabalhadores, no que for possível, arcando com os encargos necessários para a alteração a ser realizada no zoneamento do respectivo imóvel, junto a municipalidade de Osasco, a fim de possibilitar a construção de residências ou comércio, sem quaisquer restrições neste sentido. Caso se torne impossível a alteração do zoneamento, o imóvel retornará à posse direta da Companhia, cancelando-se a transferência convencionada, comprometendo-se as partes em retornar as negociações, reconhecendo o saldo devedor de R\$ 10.000 mil.

Em 14 de dezembro de 2010 a Juíza da Vara do Trabalho de Hortolândia emitiu a referida carta de adjudicação referente ao acordo mencionado.

b) Cancelamento de Negociação de Ações junto a BM&FBOVESPA

Conforme Ofício 016/2017-DP, de 27 de janeiro de 2017, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BOVESPA, a Companhia foi comunicada de seu cancelamento da listagem junto a esse órgão. Em decorrência, suas ações deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA, a partir de 03 de março de 2017, sem qualquer alteração na sua situação de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade, base de elaboração e de preparação

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da omissão de Valores Mobiliários – CVM e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Esse processo de consolidação é, ainda, complementado pela eliminação:

- i) Das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas controladas;
- ii) Dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- iii) Dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

A conciliação entre o resultado líquido da controladora e o consolidado para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo líquido da controladora	(2.977.241)	(2.538.382)
Participação de acionistas não controladores	77.710	66.982
Prejuízo líquido consolidado	(2.899.531)	(2.471.401)

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Milhares de Reais e as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis foram baseadas em relatórios e no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado registrado nas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas acham-se provisionados e são revisados anualmente pela administração.

e) Classificação especial – não circulante

Em virtude da Companhia não estar em condições de gerar recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas com credores, eles estão discutindo judicialmente os valores que têm a receber, bem como os direitos que possuem sobre os ativos já entregues em garantia e aqueles que ainda possam ser utilizados para o pagamento de dívidas existentes.

Assim sendo, tomando por base o prognóstico dos advogados da Companhia, que afirmam que os processos referentes a esses direitos e a essas obrigações não têm prazo determinado para conclusão, a administração resolveu classificar os valores envolvidos a longo prazo, em suas demonstrações financeiras, por entender que a sua liquidação não deverá ocorrer dentro dos próximos doze meses.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as descritas e detalhadas a seguir e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial.

a) Apuração do resultado

As receitas, despesas e atualizações de passivos são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Contas a receber de clientes

Estão registrados e mantidos no balanço pelo seu valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com as contas a receber de clientes.

c) Outros créditos e obrigações

Os créditos e as obrigações sujeitos à atualização monetária ou variação cambial estão atualizados de acordo com os respectivos índices e taxas vigentes na data de balanço.

Com relação aos contratos de mútuo, eles estão atualizados com base em 0,4% de juros ao mês; os empréstimos e financiamentos, dependendo da modalidade, em IGPM/TR mais 1% de juros ao mês e as obrigações com impostos e contribuições de acordo com as taxas de juros, atualização e multas previstas na legislação em vigor.

d) Investimentos

Está avaliado de acordo com o método da equivalência patrimonial. Vem sendo constituída provisão para perdas a fim de registrar a participação da Companhia no patrimônio líquido negativo de sua controlada.

e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de suas respectivas depreciações acumuladas. As construções estão sendo depreciadas com base na taxa anual de 4% e os demais bens estão totalmente depreciados. Terrenos e construções referem-se a parte remanescente dos imóveis industriais.

f) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial, são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Sua realização é reconhecida no resultado.

g) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e as contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Ativos contingentes** – São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- **Passivos contingentes** – São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a

liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com perspectivas de perdas consideradas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os com perspectivas de perdas classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

h) Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 165.260 mil, dividido em 102.584.864 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 62.280.750 são preferenciais, sem direito a voto e 40.304.114 ordinárias, com direito a voto.

Direito das ações: Em conformidade com o estatuto social, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados, em caso de liquidação da sociedade, prioridade no reembolso do capital que representam, sem prêmio de qualquer espécie.

O dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, será 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Os lucros a realizar que, por proposta da diretoria, a assembleia deliberar transferir para a respectiva reserva, não serão adicionados ao lucro líquido de exercícios subsequentes.

NOTA 4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada **Fornasa S.A.**

Através da NBC-ITG 09, de 21 de novembro de 2014, o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações contábeis separadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais também estão em conformidade com as normas internacionais.

NOTA 5 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - passivo

Evento	Empresa	Saldos em:	
		31/12/2021	31/12/2020
Operação de mútuo - saldo credor	Fornasa	816.946	778.145
Despesas financeiras	Fornasa	(38.804)	(37.059)

Sobre as operações de mútuo são cobrados encargos financeiros da ordem de 0,4% ao mês.

NOTA 6 - INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento efetuado na controlada **Fornasa S.A.**, está assim demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	7.231	7.231
Quantidade de ações possuídas pela Cobrasma:		
- Ações ordinárias	35.000	35.000
- Ações preferenciais	47.392	47.392
Ações representativas do capital social	100.000	100.000
Participação no capital social	82,39%	82,39%
Valor do passivo a descoberto	(2.441.502)	(2.000.217)
Prejuízo do período/exercício	(441.285)	(380.361)
Valor contábil do investimento	-	-
Obrigação por operação de mútuo	816.946	778.145
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo a Descoberto de Controlada		
Saldo inicial	(1.647.998)	(1.334.619)
Resultado da equivalência patrimonial	(363.575)	(313.379)
Saldo final	(2.011.573)	(1.647.998)

Até 30 de novembro de 1995, a empresa controlada teve por objeto principal a fabricação de tubos plásticos e metálicos, pintados ou galvanizados, de estruturas de aço tubulares ou de perfis, incluindo importação e exportação.

Em 1º de dezembro de 1995 a unidade fabril foi arrendada pelo prazo de dez anos, ensejando com que a controlada recebesse mensalmente entre 1% e 1,8% do valor do faturamento do arrendatário. Nessa ocasião foram paralisadas todas as demais atividades operacionais da empresa.

Em decorrência de acordo judicial com um de seus credores a receita de arrendamento foi recebida pela Companhia somente até o mês de março de 2000, tendo então sido transferida para o referido credor em liquidação de dívidas existentes.

Em 24 de maio de 2000, foi apresentada petição pelo exequente Banco do Brasil, atualizando o valor de débitos da Companhia para R\$ 233.895 mil.

Em 01 de junho de 2000, foi efetuado leilão do complexo fabril da Fornasa S.A., na Comarca de Volta Redonda, tendo sido arrematado o local e todos os bens lá pertencentes pelo valor de R\$ 12.546 mil, prosseguindo a execução pelo valor de R\$ 221.349 mil para junho de 2000. Em 26 de novembro de 2015, o processo foi arquivado provisoriamente por não terem sido encontrados bens passíveis de penhora.

Em virtude de estar com suas atividades operacionais paralisadas e em função de não estar gerando recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas, os credores da controlada estão discutindo judicialmente os valores que têm a receber.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo avaliado				
Terrenos	105.624	107.810	105.624	107.810
Obras	70.668	72.946	70.668	72.946
Linhas Telefônicas	0,00	74	0,00	74
Equipamentos Proc. de dados	1.128	22.138	1.128	22.138
Ferramentas	0,00	98	0,00	98
Instalações	30.330	33.061	30.330	33.061
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	74.301	74.301	74.301	74.301
Móveis e Utensílios	2.832	3.120	2.832	3.120
Veículos	6.420	6.703	6.420	6.703
Acessos e desvio ferroviários	1.831	1.831	1.831	1.831
Modelos de Osasco	250	250	250	250
Biblioteca de Osasco	5	5	5	5
	293.390	322.337	293.390	322.337
Depreciação acumulada				
Obras	(33.921)	(36.198)	(31.094)	(33.371)
Linhas Telefônicas	(0,00)	(61)	(0,00)	(61)
Equipamentos Proc. de dados	(1.128)	(22.138)	(1.128)	(22.138)
Ferramentas	(0,00)	(98)	(0,00)	(98)
Instalações	(30.330)	(33.061)	(30.330)	(33.061)
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	(74.301)	(74.589)	(74.301)	(74.589)
Móveis e Utensílios	(2.832)	(2.832)	(2.832)	(2.832)
Veículos	(6.420)	(6.703)	(6.420)	(6.703)
Acesso e desvio ferroviários	(1.831)	(1.831)	(1.831)	(1.831)
Modelos de Osasco	(250)	(250)	(250)	(250)
Terrenos	(0,00)	(2.186)	(0,00)	(2.186)
	(151.012)	(179.946)	(148.185)	(177.120)
Valor líquido residual	142.377	142.391	145.204	145.217

A administração da controladora realizou no exercício de 2008 em observância ao Pronunciamento Técnico do CPC 13, a baixa do saldo da reserva de reavaliação constituída anteriormente e no exercício de 2010 a avaliação dos Terrenos e Construções em observação a adoção do pronunciamento técnico CPC 27 e interpretação técnica ICPC 10. Com base no entendimento e decisão da administração, não foi realizado para os exercícios subsequentes a revisão das vidas

úteis e do valor residual, em função do fluxo financeiro da Companhia não permitir este desembolso, por estar com as atividades paralisadas e prejuízos constantes.

Os valores líquidos dos bens do ativo imobilizado dados pela Companhia em garantias de processos judiciais, nas datas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, nos balanços da controladora e consolidado, estão demonstrados na Nota Explicativa 16.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO

Os financiamentos e empréstimos consolidado registrados no passivo não circulante, no montante de R\$ 12.228.915 mil no individual e R\$ 15.133.450 mil no consolidado (R\$ 9.906.492 e 12.352.616 mil em 2020), estão vencidos. Sobre esses empréstimos a Companhia vem calculando juros de 1% a 1,5% ao mês, mais atualização monetária com base na Taxa Referencial - TR/Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

NOTA 9 - ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS A LONGO PRAZO

A rubrica encargos sociais e fiscais registrada no exigível a longo prazo tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contribuições a recolher (PIS, COFINS, IR, IPI, FGTS e INSS)	390.126	451.371	386.639	444.334
Impostos a pagar (ICMS, IPTU, IPI, ISS e TAXA DE LICENÇA)	261.180	273.617	256.477	268.408
Parcelamento de débitos sociais e fiscais	168.171	202.141	167.233	200.987
Outros Encargos	43.233	43.233	43.222	43.222
Total	862.710	970.361	853.570	959.951

Os encargos sociais e fiscais acima também estão vencidos, sendo calculados juros, multas e atualização monetária de acordo com a legislação aplicável.

NOTA 10 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A rubrica provisões registrada no passivo não circulante tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Demandas judiciais Trabalhistas	89.705	135.968	79.711	120.787
Demandas judiciais Bancárias	36.882	155.756	36.882	142.377
Total	126.587	291.724	116.593	263.163

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para garantir eventuais insucessos frente a processos trabalhistas em andamento e em relação a discussão mantida com instituição financeira sobre encargos devidos, por conta de empréstimos contraídos pela controladora e controlada. São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor passa a ser feita.

NOTA 11 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Reflete o saldo da provisão para imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, reconhecida no patrimônio líquido da Companhia. Tal provisão vem sendo revertida para o resultado do exercício na medida da realização, por depreciação, da reserva constituída originalmente.

Esta conta apresentou a seguinte movimentação no decorrer do período:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão sobre ajustes de avaliação Patrimonial	48.931	48.931	49.818	49.818
Realização por depreciação de bens	(665)	(665)	(887)	(887)
Total	48.266	48.266	49.931	49.931

NOTA 12 - DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2021		30/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Juros s/empréstimos	1.515.350	1.975.978	1.333.700	1.601.158
Outros encargos	149.671	150.490	4.779	4.980
Variação monetária	821.384	821.384	772.515	906.428
Variação cambial				
Despesas financeiras	2.486.404	2.947.852	2.110.994	2.512.566
Receitas financeiras	(0)	(0)	(0)	(0)
Despesas financeiras líquidas	2.486.404	2.947.852	2.110.994	2.512.566
Despesas financeiras	2.486.404	2.947.852	2.110.994	2.512.566
Desp. financeiras partes relacionadas	38.804	-	37.059	-
Total	2.525.208	2.947.852	2.148.054	2.512.566

NOTA 13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em razão dos processos judiciais com credores, a administração da Companhia não teve condições de identificar a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, originadas por operações envolvendo instrumentos financeiros naquelas datas, que requeressem divulgação específica em atendimento aos critérios estabelecidos pela Instrução CVM nº. 235/95.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 102.584.864 ações sendo 40.304.114 ordinárias e 62.280.750 preferenciais, todas sem valor nominal. Às ações preferenciais é assegurada, em caso de liquidação da Companhia, prioridade no reembolso do capital.

NOTA 15 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em função da companhia não possuir (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não foi apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTA 16 - GARANTIAS PRESTADAS

Descrição	Saldos em 31/12/2021		
	Controladora	Controlada	Consolidado
Imobilizado em garantia de empréstimo e financiamentos:			
- Alienação Fiduciária	24.852	14.443	39.295
- Bens hipotecados	52.763	-	52.763
- Bens penhorados	49.395	9.234	58.629
Avais concedidos pela Controlada e pela Controladora	111.074	545.782	656.856
total	238.084	569.459	807.543

NOTA 17 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 10 de novembro de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre essas demonstrações contábeis.